



Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Programa de Pós-graduação em Educação - PPGEd
PROGRAMA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO –
FORMACAMPO GT5

CADERNO TEMÁTICO - 05 MATRIZ CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

MATRIZ CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA



Formadores/Mediadores:

Prof.º Me. Edjaldo Vieira dos Santos /UESB/GEPED/UESB
Prof.ª Dra. Jussara Tânia Silva Moreira/ DCIE/UESB (NUGET/UESB)
Prof.ª. Me. Vilma Áurea Rodrigues –GEPED/UESB/GEPED/UESB

Vitória da Conquista – Bahia
2024

COORDENAÇÃO GERAL
GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS MOVIMENTOS SOCIAIS, DIVERSIDADE E
EDUCAÇÃO DO CAMPO E CIDADE (GEPEMDECC)

Coordenação: Arlete Ramos dos Santos
Secretária geral: Valéria Souza Lima Brito
Assessor técnico: Ricardo Alexandre Castro

APOIO
UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME/BA)

Presidente: Anderson Passos dos Santos

PARCERIAS NA FORMAÇÃO

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
Coordenação: Jussara Tânia Moreira, Emerson Antônio Lucena e
Julia Maria da Silva Oliveira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Coordenação: Terciana Vidal Moura

Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus XVII)
Coordenação: Edna de Souza Moreira e Luís Geraldo Guimarães

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED/UESB
Coordenação: Cláudio Pinto Nunes e Arlete Ramos dos Santos

EQUIPE DE COORDENADORES TERRITORIAIS

Ana Elisa Antunes de Oliveira	Izani Daniela Reis G. Rodrigues	Marilucia de Jesus Santana Santos
Ana Karina Porto Viana	Jamile de Souza Soares	Queziane Martins da Cruz
Antoniclebio Cavalcante Eça	Jaqueline Braga Morais Cajaiba	Regiane Dias Cardoso
Antoniél dos Santos Peixoto Auzineide Pessoa	Jaqueline de Souza Barreto Santos	Renata Nunes Duarte Dias
Edjaldo Vieira dos Santos Fabiano Neves Silva	Josleide Cristina de Oliveira Mattos	Valéria Souza Lima Brito
Geysa Novais Viana Matias Hete Leal	Karina Cardoso Esteves Lisângela Silva Lima	Ruth de Oliveira Sousa
Higro Souza Silva	Lizandra Silva Lima	Tadma Lays Dutra Gomes
Inaiara Alves Rolim	Liliane Lima Silva	Vandique Martiniano
Irla de Jesus Macêdo	Maisa Rose Serra de Almeida	Campos Meira
Isaías Teixeira dos Santos		Vilma Áurea Rodrigues
		Winner Santos
		Yure Oliveira

EQUIPE TÉCNICA

Gustavo Santos Fernandes – Bolsista voluntário
Luciana Batista de Matos – Bolsista voluntária

APRESENTAÇÃO

Ao direcionar o nosso passo para a formação da Matriz Curricular da Educação do Campo em nossos municípios, trazemos um duplo desejo, o de mostrar a importância da formação continuada para os professores da Educação Básica e trazer a possibilidade de trabalhar os conteúdos curriculares, proporcionando uma visão mais íntima da realidade educacional, bem como do processo ensino e aprendizagem que deve acontecer com as comunidades que vivem no campo.

Para tanto, precisamos pensar a Escola do Campo como parte importante na formação dos sujeitos camponeses. Por essa razão, a Educação do Campo não pode ser entendida como reprodutora de currículos hegemonicamente urbano, construído verticalmente com o objetivo de manter o homem, a mulher e a criança que vive no campo sob controle do Estado, que, por vezes, é controlado por poderes emanados do capitalismo.

Assim, no decorrer do ano de 2024, como proposta de Formação Continuada do Professor, o Formacampo tem por orientação efetivar a (re) elaboração da Matriz Curricular da Educação do Campo, como um documento que, para além dos componentes curriculares, busca trazer a reflexão/ação acerca de como e porque devem inseri-los no processo de ensino e aprendizagem.

É nesse sentido que chamamos a atenção que a Matriz Curricular própria para a Educação do Campo precisa ser efetivada como um modelo contra hegemônico, é compreender os desafios enfrentados dentro das diversas realidades que cercam as escolas do campo e, dessa forma, contribuir com as possibilidades de realização de atividades, que buscam garantir aos estudantes camponeses um ensino de qualidade social, cuja base é o respeito e o reconhecimento de seus valores sociais, culturais, ambientais e econômicos.

Logo, no decorrer deste ano seguiremos com os estudos teóricos e metodológicos, a fim de que a (re) elaboração da Matriz Curricular para a Educação do Campo no Estado da Bahia alcance os pressupostos epistemológicos fundamentados pela pesquisa. Nesse contexto, todo o planejamento do estudo está organizado por um referencial teórico que apresenta os significados da Educação do Campo, bem como das práticas educativas, apresentando questões necessárias aos professores para que compreendam como estabelecer em suas escolas uma identidade campesina no sentido de pertencimento.

Ainda resta esclarecer que a Matriz Curricular será organizada e fundamentada por áreas de conhecimento, aos quais sistematizam o saber edificado na sociedade, bem como, os saberes provenientes da produção de vida dos sujeitos que vivem no campo. Dessa maneira contempla-

se os ideais pensados a partir do coletivo do campo, representado pela comunidade escolar, movimentos sociais, presidentes de associações etc., e todos os sujeitos que fazem parte do entorno da escola.

Neste íterim, destacamos a importância da Comissão instituída para organizar e sistematizar o processo de (re) elaboração da Matriz Curricular da Educação do Campo (MCEC). É condição *sine qua non* a ação da Comissão na garantia da produção de um documento que seja criado através de escutas sensíveis de todos os envolvidos no processo.

Desejamos a todos e todas, exitosas produções!

Abraços afetuosos,

Edjaldo Vieira dos Santos
Jussara Tânia Silva Moreira
Vilma Áurea Rodrigues



MATRIZ CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: POSSIBILIDADES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A Educação do Campo representa uma abordagem pedagógica essencial que busca atender às necessidades e especificidades das comunidades camponesas, promovendo um ensino que valoriza suas culturas, saberes e modos de vida. Nesse contexto, as possibilidades da prática pedagógica são vastas e oferecem um potencial significativo para a formação de cidadãos críticos e engajados.

Uma das principais possibilidades da prática pedagógica na Educação do Campo é a contextualização dos conteúdos. A relevância do aprendizado aumenta quando os educadores conseguem vincular os temas abordados às realidades e experiências dos alunos. Por exemplo, ao estudar agricultura, é possível integrar questões sobre a produção local, as práticas sustentáveis e a gestão dos recursos naturais. Essa abordagem não só torna o conhecimento mais significativo, mas também favorece a construção de um vínculo entre teoria e prática, permitindo que os alunos compreendam a aplicabilidade dos conteúdos no cotidiano (Gadotti, 2011).

Além da contextualização, o uso de estratégias de ensino que têm por objetivo incentivar os estudantes a aprenderem de forma autônoma e participativa, por meio de problemas e situações reais, realizando tarefas que os estimulem a pensar além, a terem iniciativa, a debaterem, tornando-se responsáveis pela construção do conhecimento, é fundamental. A Educação do Campo se beneficia da adoção de práticas que incentivem a participação e a autonomia dos alunos, como projetos comunitários, oficinas e experiências práticas. Essas metodologias favorecem um aprendizado dinâmico e colaborativo, no qual os alunos se tornam protagonistas de seu processo educativo. Ao desenvolver, por exemplo, uma horta escolar, os alunos não apenas aprendem sobre cultivo, mas também sobre trabalho em equipe, planejamento e responsabilidade (Freire, 1996).

Outro aspecto importante é a interdisciplinaridade. A prática pedagógica deve articular diferentes áreas do conhecimento em torno de temas centrais, promovendo uma visão holística. Ao abordar questões relacionadas à produção agrícola, por exemplo, é possível integrar conteúdos de biologia, matemática e história. Essa articulação enriquece a aprendizagem, permitindo que os alunos estabeleçam conexões entre os saberes e compreendam melhor a complexidade da realidade que os cerca (Kramer, 2015).

A valorização da cultura local é outro elemento fundamental na prática pedagógica da Educação do Campo. As escolas devem servir como espaços de resgate e valorização dos saberes tradicionais, promovendo a identidade cultural dos alunos. Atividades que envolvem a

culinária, as festas e as práticas artísticas da comunidade não apenas enriquecem o currículo, mas também fortalecem o senso de pertencimento e autoestima dos estudantes (Cunha, 2007). Essa valorização é essencial para a formação de indivíduos que se reconhecem em suas culturas e tradições.

Além disso, a Educação do Campo deve focar no desenvolvimento da cidadania. As práticas pedagógicas podem incluir discussões sobre direitos, políticas públicas e questões sociais, incentivando os alunos a refletirem sobre seu papel na sociedade. Essa formação cidadã é crucial para preparar os estudantes para se tornarem agentes de transformação em suas comunidades, capazes de articular suas vozes e lutar por seus direitos (Campos, 2010).

Por fim, a articulação com a comunidade é uma estratégia que enriquece a prática pedagógica. Parcerias com associações, cooperativas e lideranças locais possibilitam a troca de saberes e experiências que complementam a formação dos alunos. Essa interação não apenas fortalece os laços sociais, mas também promove um senso de responsabilidade coletiva em relação ao processo educativo (Lima, 2013).

Em síntese, as possibilidades da prática pedagógica na Educação do Campo são amplas e diversificadas. A contextualização dos conteúdos, o uso de metodologias ativas, a interdisciplinaridade, a valorização da cultura local, o desenvolvimento da cidadania e a articulação com a comunidade são elementos que, quando integrados, favorecem uma formação mais significativa e abrangente. Essa abordagem não apenas enriquece o aprendizado, mas também contribui para a construção de comunidades mais justas, sustentáveis e inclusivas.

O caderno ora proposto, cuja sequência é a 05, contará com as partes de desenvolvimento da Matriz Curricular expressas nos cadernos anteriores e mais a última parte, que versará sobre as propostas que impulsionarão a prática pedagógica, bem como a sugestão da tabela dos componentes curriculares da base comum e diversificada da Matriz Curricular para a Educação do Campo.

REVISÃO DAS PROPOSTAS CONTIDAS NOS CADERNOS ANTERIORES

A elaboração de uma Matriz Curricular para a Educação do Campo no Ensino Fundamental envolve uma série de etapas e considerações que buscam respeitar a identidade cultural e as especificidades das comunidades do campo. A seguir, apresentamos uma sugestão do passo a passo para a construção dessa matriz:

Atividade 01 – Formar é preciso... Organização da Comissão Especial

A Comissão Especial é composta pelas representações:

- a) Representação da Secretaria Municipal de Educação
- b) Representação do Conselho Municipal de Educação
- c) Representação de Professores do Campo
- d) Representação de Discentes do Campo (maiores)
- e) Representação de Gestores/Coordenadores do Campo
- f) Representação de Movimentos Sociais e sindicais representativos

A proposta de organização da Comissão Especial encontra-se no Grupo de WhatsApp do GT5, no site do FormaCampo e também no seguinte link: <https://drive.google.com/file/d/1Q0hn4pCZBgAGQ0KiGqGPnSBUbh9W1GwA/view?usp=sharing>

2.2 Atividade 02 – Elaboração da Apresentação e Introdução do Documento

APRESENTAÇÃO (Sugestão)

Em concordância com a Lei Nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases – LDB), a qual prevê em seu art. 12, inciso I, que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica”, o município -----, entende que este preceito legal sustenta a ideia de que uma das principais tarefas da escola é a reflexão sobre sua intencionalidade educativa. Alicerçando o trabalho pedagógico escolar enquanto processo de construção contínua, compreendendo que nenhum processo educativo nunca está pronto e acabado.

Fundamenta as transformações internas da organização escolar e explicita suas relações com as transformações mais amplas (econômica, social, política, educacional e cultural). É o anúncio do que foi sonhado coletivamente e que pode passar do sonho à ação, através do

trabalho em equipe, pois, fazer da educação um instrumento amplo de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social, bem como, fazer da escola do campo uma unidade de produção e distribuição de conhecimentos, articulados aos reais interesses da população campestre e centro de decisão sobre o que é importante para o coletivo, é missão essencial da Educação do Campo deste município.

Ao falar sobre o nosso município, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de -----, ele possui -----habitantes, _____ escolas, onde _____ ficam situadas no campo.

Neste sentido, acreditamos que existe a necessidade de trazer as práticas educativas dessas escola campestres, assumindo um importante papel para o desenvolvimento das comunidades locais, pois é através da ação-construção educativa trazido pela Matriz Curricular que as comunidades escolares conferem maior integração social, cultural e econômica além de ser um veículo difusor de conhecimentos e de organização do trabalho pedagógico, que contemple o reconhecimento e valorização dos sujeitos em formação.

Portanto, a elaboração dessa Matriz Curricular para a Educação do Campo do município ----- foi uma tarefa que envolveu todos os componentes das comunidades escolares, numa ação coletiva e dialógica, sempre pautados pelos cuidados necessários no sentido de resguardar os interesses e da classe trabalhadora do campo, contextualizada e coerente com sua produção de vida ...

INTRODUÇÃO (Sugestão)

A construção da Matriz Curricular da Educação do Campo do Município _____, tem nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo as orientações necessárias de um documento oficial, criado pela gestão municipal e que oferece subsídios para orientar e organizar de forma legal o que é proposto para as nossas escolas do campo.

Nesse contexto, o ensino e a aprendizagem escolar ao qual se destina a construção dessa Matriz Curricular é aquela que visa à formação do homem, da mulher e da criança que vive no campo e sendo assim, busca-se a valorização no que diz respeito à sua ambiência, espaço, tempo e modelo de currículo específico, ao qual mobiliza o desenvolvimento das atividades campestres abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável.

A Matriz Curricular incorpora as demandas necessárias a comunidade local, sem perder de vista as políticas públicas educacionais voltadas para a Educação do Campo, cujo parâmetro estabelecido se encontra no disposto na legislação Nacional, na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei N.º 9394/96), marco institucional da Educação do Campo, que ao reconhecer e respeitar à diversidade dos povos do campo, garante lhes os princípios organizacionais ligados às atividades do trabalho e da vida do campo.

Nesta esteira pode se afirmar que as experiências ligadas à produção de vida e de trabalho são elementos basilares de formação dos sujeitos do campo que, quando chegam à escola, trazem um manancial de experiências vividas nos diversos e diferentes espaços de sociabilidade e formas de trabalho, dentro da ordem capitalista. Assim, para o estudante camponês, a escola se torna um lugar de expressão de seus valores culturais, ambientais, sociais e de crenças.

O espaço escolar é envolto a situações diversas que exigem da organização educacional elementos de valorização e reconhecimento da cultura camponesa, onde possam aprender o que a humanidade produziu e sistematizou em forma de conhecimento escolar, mas sem perder a sua essência posta em sua produção de vida, como se encontra disposto no Artigo 28 da LDB, “os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural”(Brasil, 1996).

Vale ressaltar ainda que, o acúmulo de experiências expressas em documentos produzidos coletivamente, o qual também está presente nessa Matriz Curricular tem como objetivo principal contribuir para a gestão e a prática pedagógica nas escolas do campo e, portanto, destina-se a todos os educadores das escolas do campo e gestores da educação; para tal toma como meta o que trata o Artigo 28 da LDB; nos Inciso II e III que permite que os municípios em seus Sistemas e ou Redes Municipais de Educação possa ter a “organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; [e a] adequação à natureza do trabalho na zona rural” (Brasil, 1996).

Nessa ótica, o município de -----, entender que a elaboração da Matriz Curricular da Educação do Campo vai _____

Logo, a construção dessa Matriz Curricular é mais um passo que efetuamos para reforçar a afirmação presente na Constituição de 1988, ao tratar que a educação é um direito universal. E dentro desta intenção da Matriz Curricular é a base para que o professor possa reorganizar a sua prática educativa, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo,

criando assim um sentimento de pertencimento das crianças e adolescentes, que vão ter na escola um trabalho educativo com sentido em suas vidas.

A intenção é que a Matriz Curricular possa motivar os professores na observação e apropriação da riqueza que o campo do Município _____ oferece à ampliação dos conhecimentos escolares. É importante ressaltar ainda que, os estudantes do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. Sendo assim, essa Matriz Curricular Campo denota um importante instrumento para a construção de uma educação pública e gratuita de qualidade social.

Portanto, a finalidade da Educação do Campo é oferecer uma educação escolar específica, como -----

2.3 Atividade 03 -Elencar as Leis que justificam a elaboração da Matriz Curricular tanto em nível nacional como em nível municipal



CAPÍTULO III –

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

3.1 Contexto do Currículo e Matriz Curricular na Legislação Brasileira

A Educação do Campo como pauta das políticas públicas educacionais tem como dispositivos normativos a Constituição Federal, de 1988; a Lei Nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) e os documentos legais reunidos na obra Educação do Campo: marcos normativos, publicado em 2012 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC).

Alguns dos dispositivos legais nacionais, que pode ser citado:

I) Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001. Aprova Resolução que fixa as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Este Parecer estabelece os princípios e os procedimentos normativos que visam adequar o projeto institucional das Escolas do Campo às demais diretrizes nacionais aplicadas à educação;

II) Resolução CNE/CEB nº 01, de 3 de abril de 2002, institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, com base no Parecer nº 36/2001;

III) o Parecer CNE/CEB nº 3, de 18 de fevereiro de 2008. Reexamina o Parecer CNE/CEB Nº. 23/2007, que, por sua vez, trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Como e por ser um parecer, estabelece uma discussão conceitual sobre a definição de Escola do Campo e assim, indica orientações para o atendimento da Educação do Campo;

IV) A Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar (PNAE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que também é direito das escolas do campo;

V) O Decreto Federal nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, ao qual instituiu “a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplinou a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada” (Brasil, 2012, p. 5), também voltada para os professores que atuam nas escolas do campo;

VI) O Decreto Federal nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, ao qual dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), dentro deste Decreto são criados os “princípios relevantes para a Educação do Campo, tais como o respeito à diversidade, a formulação de projetos políticos pedagógicos específicos, o desenvolvimento de políticas para a formação de profissionais da educação e a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais no campo” (Brasil, 2012, p. 6).

VII) A Resolução CNE/CEB nº 4/2010, de 13 de julho de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, a qual estabelece no art. 35, que a escolarização dos sujeitos do campo deve considerar suas peculiaridades, definindo-se orientações para três aspectos essenciais, a saber: à organização do trabalho pedagógico: os conteúdos curriculares e as metodologias; à organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e, a adequação à natureza do trabalho na zona rural. sobretudo, é essa resolução que coloca a Educação do Campo como Modalidade de Ensino.

Educação do Campo: marcos normativos (Sugerimos a leitura deste caderno de normativas para o embasamento da escrita). O caderno se encontra no site abaixo.

https://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf

3.2 Contexto do Currículo e Matriz Curricular nos Marcos Conceituais

A concepção de Educação do Campo, mesmo que tome como referência a cultura local, não pode e nem deve se limitar apenas à discussão pedagógica de uma escola, no que diz respeito aos aspectos epistemológicos, didáticos e metodológicos. Precisa ter como direcionamento as matrizes formativas dos sujeitos como espinha dorsal, que esteja adequado às necessidades da vida do/no campo e que, essencialmente, seja formulado pelos sujeitos do campo, tendo o campo a sua matriz de referência.

Essa matriz toma como pressuposto a Política de Educação do Campo e por essa razão, toma como marcos conceituais o caminho para sua formação identitária. Nesse aspecto indicamos alguns dos princípios que balizam a Educação do Campo:

Como mostra Caldart; Pereira; Alentejano; Frigotto, (2012. p. 558), “pela agricultura, o ser humano se apropria da terra como produção de vida e de si mesmo, modifica a terra e se modifica”. Sendo assim, a Terra é o espaço de produção de vida, lugar de construção de territorialidades, lugar de relação homem/mulher/criança e natureza. Terra como matriz formadora, em si representa a própria pedagogia.

Em Caldart; Pereira; Alentejano; Frigotto, (2012. , p. 749), o Trabalho na Terra e com a terra é o “campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico, no qual se parte do trabalho como produtor dos meios de vida tanto nos aspectos materiais quanto culturais”; por isto mesmo, princípio educativo.

A História – pensada no sentido das memórias coletivas, aquelas que não ficam subjugadas e presas a um fato social. Mas, a possibilidade de uma história, que através da memória desfaça as invisibilidades e torne significativo as identidades locais. Assim, “a escola é um lugar que recupera e trabalha com os tesouros do passado. Celebrar, construir e transmitir, especialmente às novas gerações, a memória coletiva” (Caldart, 2003, p. 76).

Cultura é uma criação humana que trata “da recriação que emerge das relações nas quais os seres humanos, ao transformarem o mundo, simultaneamente transformam a si próprios” [...] Esta matriz relaciona-se diretamente com a matriz terra” (Caldart; Pereira; Alentejano; Frigotto, 2012, p. 179). Como mostra Laraia (2001) também existe a dimensão dos aspectos imateriais da cultura, que por sua vez estão presente na contação de histórias, nas poesias, nas cantigas, nas danças, nas brincadeiras, nas técnicas de produção artesanal, nas receitas de culinárias locais etc.

As Lutas Sociais são os “enfrentamentos organizados, portanto coletivos, de determinadas situações sociais, na defesa de interesses também coletivos, feitos, de forma massiva, pelas próprias pessoas envolvidas na situação” (Caldart; Pereira; Alentejano; Frigotto, 2012, p. 548).

Dentro das lutas sociais, destaca-se a luta popular que coexiste em meio das Vivências de Opressão – “Freire reconhece, em sua obra Pedagogia do oprimido, que nas vivências de opressão, os sujeitos do campo e outros sujeitos (coletivos e movimentos sociais) trazem seus saberes, pedagogias de aprendizados das vivências cruéis da subalternização” (Arroyo, 2012. p. 13-14).

Conhecimento Popular que “se constitui a partir de uma diversidade de sujeitos sociais históricos que se forjaram culturalmente numa íntima relação familiar, comunitária e com a natureza, demarcando territorialidades”. (Caldart; Pereira; Alentejano; Frigotto, 2012, p.179).

Organização Coletiva - capacidade de mobilizar forças sociais para ações de cidadania e reivindicação de direitos coletivos.

Assim, a concepção de Educação do Campo deve estar vinculada a um projeto de desenvolvimento peculiar aos sujeitos com características que a concernem, ou seja, com fundamento de interesse por um modelo cujo foco seja o desenvolvimento humano.

3.3 Contexto do Currículo e Matriz Curricular e as Concepções da Escola do Campo

Chamamos a atenção para as concepções da Educação do Campo que se pretende construir, no município _____, a saber:

- a) Concepção de mundo: o ser humano é sujeito da história, da cultura, do trabalho e como tal, o homem, a mulher e a criança do campo não devem ser vistos como seres atrasados e submissos; ao contrário são seres que ao produzir na terra, criam alternativas de sobrevivência econômica num mundo de relações capitalistas selvagens;
- b) Concepção de escola: local de apropriação de conhecimentos científicos construídos historicamente pela humanidade e local de produção de conhecimentos em relações que se dão entre o mundo da ciência e o mundo da vida cotidiana. Os povos do campo querem que a escola seja o local que possibilite a ampliação dos conhecimentos; portanto, os aspectos da realidade podem ser pontos de partida do processo pedagógico, mas nunca o ponto de chegada. O desafio é lançado ao professor, a quem compete definir os conhecimentos locais e aqueles historicamente acumulados que devem ser trabalhados nos diferentes momentos pedagógicos. Os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista e elas precisam ser desveladas na escola;

- c) Concepção de conteúdos e metodologias de ensino: conteúdos escolares são selecionados a partir do significado que têm para determinada comunidade escolar. Tal seleção requer procedimentos de investigação por parte do professor, de forma que possa determinar quais conteúdos contribuem nos diversos momentos pedagógicos para a ampliação dos conhecimentos dos educandos. Estratégias metodológicas dialógicas, nas quais a indagação seja frequente, exigem do professor muito estudo, preparo das aulas e possibilitam relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para a sala de aula;
- d) Concepção de avaliação: processo contínuo e realizado em função dos objetivos propostos para cada momento pedagógico, seja bimestral, semestral ou anual. Pode ser feita de diversas maneiras: trabalhos individuais, atividades em grupos, trabalhos de campo, elaboração de textos, criação de atividades que possam ser um “diagnóstico” do processo pedagógico em desenvolvimento. Muito mais do que uma verificação para fins de notas, a avaliação é um diagnóstico do processo pedagógico, do ponto de vista dos conteúdos trabalhados, dos objetivos, e da apropriação e produção de conhecimentos. É um diagnóstico que faz emergir os aspectos que precisam ser modificados na prática pedagógica.

A partir desses pressupostos de concepções sobre a escolaridade situada no campo cabe retomar que a Educação do Campo nasce a partir da década de 1990, assim, afirma-se no Brasil trazendo em sua gênese a luta dos movimentos sociais, sobretudo dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Atualmente, quase três décadas após, idealizado pela Professora Arlete Ramos Santos, nasce o Projeto de Extensão Formacampo, estabelecendo como parâmetro a qualidade social para a formação continuada dos professores que atuam na educação do campo.

O Formacampo desempenha um papel importante na formação continuada dos professores do campo no estado da Bahia, pois reconhece o espaço físico das escolas do campo como um lugar de vida, de trabalho e de cultura de homens, mulheres e crianças que elaboram e criam situações cotidianas, a partir das próprias condições de existência social no qual estão inseridas.

Um dos desafios na formação continuada dos professores proposto pelo Formacampo, encontra-se na construção de uma Matriz Curricular dentro de uma perspectiva de currículo “contextualizado, fundamentado numa epistemologia que tem como centro a construção do conhecimento a partir das experiências, conhecimentos e saberes” (Costa; Batista, 2019, p.25), de/e/para quem vive no campo.

Trata-se de um currículo que, além de reconhecer o espaço físico das escolas do campo, nasce da voz dos sujeitos sociais que se colocam como protagonistas da Educação do Campo, “nem sempre orientados pelos mesmos objetivos e por concepções consonantes de educação e de campo, o que exige uma análise mais rigorosa dos rumos que estas ações sinalizam” (Caldart, 2009, p.38).

Sendo assim, existe a necessidade de se ter um currículo da Educação do Campo defendido como política de Estado, haja vista, a Educação do Campo ser um fenômeno que, nascido entre as “contradições e tensões que estão na realidade que a produziu e que a move, e que ela ajuda a produzir e a mover; [...] no território estrito da pedagogia, [...] toma posição, age, desde uma particularidade e não abandona a perspectiva da universalidade” (Caldart, 2009, p.39). Logo, a

Educação do Campo inicia sua atuação desde a radicalidade pedagógica destes movimentos sociais e entra no terreno movediço das políticas públicas, da relação com um Estado comprometido com um projeto de sociedade que ela combate, se coerente for com sua materialidade e vínculo de classe de origem (Caldart, 2009, p.39).

Mediante ao exposto, reafirmamos que não tem como falar de concepção de currículo para a Educação do Campo se for retirada dele o “chão” da sala de aula e a luta pela reforma agrária. Um currículo de Educação do Campo que orienta as práticas pedagógicas, não pode perder o foco da crítica e da problematização do saber produzido pela história da sociedade, enquanto mecanismo dominante e de hierarquização epistemológica. Dito de outra forma, a concepção de um currículo anunciado para a Educação do Campo, por natureza deve ser contra hegemônico e programado para ser coletivo, pois, a “escola deve se abrir para a vida, incluindo sua articulação com outras formas sociais formativo-educativas tão importantes como a própria educação escolar” (Caldart, 2011, p. 152).

São nessas relações coletivas que se encontram a formação da identidade do currículo educacional que se deseja para a escola do campo. Identidade essas fundamentadas através dos seguintes eixos temáticos: o contexto histórico da educação do/no campo; políticas curriculares municipais para a Educação do Campo: o currículo como ação pedagógica e a Matriz Curricular como parte integrante do Regimento da Escola e do Projeto Político-Pedagógico (PPP), e a Matriz Curricular: como documento direcionador das estratégias pedagógicas referentes ao desenvolvimento de cada etapa da Educação Básica.

3.4 Contexto do Currículo, Matriz Curricular e o Contexto Histórico da Educação do/no Campo

Para compreender a concepção de conhecimento e de currículo que a escola do/no campo deve formar, necessita retomar os pressupostos históricos da Educação do Campo, Com o fim da ditadura militar em 1985, a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal em 1988, o Brasil presencia a mobilização de diversos segmentos organizados da sociedade civil, dentre eles cabe destacar os movimentos de luta pela reforma agrária. Foi no seio desta luta que nasceu a Educação do Campo, quando homens e mulheres ousaram modificar o quadro educacional que existia na área rural, sobretudo pela força dos “Trabalhadores Sem-Terra, sem trabalho, mas dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra ‘o estado da coisa’” (Caldart, 2009, p. 40).

Até então, a escolarização existente era chamada de Educação Rural, quando era ofertada se revelava de forma precarizada e, muitas vezes, aparecia como um favor do “coronel”, latifundiário que concentrava a posse da terra e se apropriou da mão de obra dos trabalhadores. Em meio às condições precárias de vida (trabalho, moradia e educação) muitas famílias abandonaram o campo em busca de melhorar a sobrevivência na cidade. O Estado ausente, não assegurava o direito à educação para a população do campo. Nesse contexto, o modelo educacional era o de “inserir os sujeitos do campo na cultura capitalista urbana, tendo um caráter marcadamente colonizador” (Oliveira e Campos, 2012, p. 240).

Oliveira e Campos (2012), ressaltam ainda, que o modelo de escola ruralista, em sua essência era dualista e refletia o estado mínimo, com isto seu único objetivo era o de fortalecer o sistema capitalista. Esse formato educacional somente foi reconhecido e abandonado após a articulação dos movimentos sociais, que se iniciou através de um processo de mobilização e lutas democráticas na busca pela cidadania.

É dentro desse contexto histórico que a Educação do Campo, impulsionada pelas conquistas da abertura política e do fortalecimento da democracia chega à efervescência do debate, tomando corpo em 1997, quando aconteceu o I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA). Organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a participação e apoio da Universidade de Brasília (UnB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o I Enera buscou no coletivo construir um projeto para a educação no espaço rural.

Alguns princípios balizaram esse projeto, a saber: uma concepção de educação para atender as necessidades dos sujeitos que vivem no campo; um projeto de educação formulada pelos povos dos campo; um modelo de educação que atendesse às peculiaridades próprias do espaço camponês; uma educação organizada para contrapor a concepção da educação rural.

Dessa maneira, nasce o projeto *Por uma Educação Básica do Campo* (Arroyo, Caldart, Molina, 2008; Batista, 2006; Caldart, Paludo, Doll, 2006).

Decorrente desse primeiro momento, em 1998, através da organização e parceria do MST, UnB, Unicef, Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi realizada a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo. O desafio ocorrido no I ENERA de se pensar uma educação do/no campo se amplia para se cogitar, em também trazer para dentro da escola, a cultura específica do campo, o tempo e o espaço como mecanismo de formatação para a escolarização, o meio ambiente, o modo de viver e a forma de organização familiar, bem como o modo de produção e subsistência de quem habita os território camponês (Arroyo, Caldart, Molina, 2008; Batista, 2006; Caldart, Paludo, Doll, 2006).

Posterior a *I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo*, governos passaram a reconhecer a necessidade de se estabelecer uma política de Estado voltada para legislar a Educação do Campo. Foi assim que o Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da Câmara de Educação Básica (CEB) aprovou em 2002, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002).

3.5 Matriz Curricular e as estratégias pedagógicas referentes ao desenvolvimento de cada etapa da Educação Básica

Trazer essa discussão acerca do currículo para a escola inserida no campo, requer compreender esse de maneira global e, ao mesmo tempo, compromissado com a realidade social, cultural, econômica e simbólica do campo. Logo, a Matriz Curricular referenciada por esse currículo visa contribuir para o desenvolvimento do processo educativo das crianças, jovens adultos e pessoas idosas que vivem no campo.

Sendo assim, a Matriz Curricular da escola do campo deve trazer a formação política do discente, bem como, os subsídios das demais áreas que complementam a estrutura curricular, quais sejam: Linguagens e Códigos; Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Sociais; Ciências Agrárias, com domínio epistemológico, político-educacional e didático-metodológico, Relações entre Sociedade, Campo e Educação.

Uma Matriz Curricular formativa, no sentido político, social, cultural e econômico, articula os conhecimentos historicamente determinados pela humanidade, sem deixar de evidenciar os conhecimentos locais. Além disso, vislumbra em seu quadro fazer uso da

avaliação qualitativa, o que inclui a comunidade (ou pelos menos representante dela), inserido(a) na escola.

A Educação no campo faz parte da dinâmica social e cultural mais ampla. Os educadores devem ter sensibilidade para essa dinâmica social, educativa e cultural e perguntar-se, que novos sujeitos estão se constituindo, formando, para atuarem no campo brasileiro que passa por tensões, lutas, debates, organizações e movimentos extremamente dinâmicos (Arroyo, 2004, p.70).

Nesse aspecto, a Matriz Curricular gestada no chão da sala de aula possibilitar a construção de competências fundamentais para o exercício da cidadania, nesse quesito cabe enumerar que se deseja desenvolver:

- I) Competências teórico-metodológicas e ético-políticas, que possibilitam agir no meio camponês (e/ou urbano);
- II) Competência de formação do conhecimento, de classe e seus vínculos societários;
- III) Competência em elaborar e coordenar projetos nascidos de um ensino comprometidos com a sustentabilidade e a agroecologia;
- IV) Competência em executar pesquisas que possam contribuir para a análise e modificação da realidade do campo;
- V) Competência para a interdisciplinaridade;
- VI) Competências para o Coensino;
- VII) Competências para o conhecimento tecnológico.

Portanto, a Matriz Curricular é voltada para a formação dos alunos do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais), bem como o atendimento à modalidade da Educação Especial, da Educação de Jovens e Adultos e da educação para a Pessoa Idosa. Sendo assim, a Matriz Curricular deve ser composta pelos estudos de História, Geografia, Ciências, Filosofia da Terra, Biologia, da Zoologia, Botânica, Matemática, Agroecologia, Português (Redação, Gramática e Literatura), aspectos regionais e locais.

Pode ainda organizar os componentes curriculares em três núcleos, Núcleo Comum: (NC): disciplinas obrigatórias, núcleo de atividades integradoras: disciplinas optativas Núcleo de Experiência Compartilhada: disciplinas livres. Trazer uma proposta de currículo voltado para a Educação do Campo, enquanto política pública educacional, deve emergir a partir de um projeto educativo requerido pelas famílias, movimentos sociais e demais populações que habitam nos diversos campos da Bahia; requer compreender que a Educação do Campo se constituiu pela luta força da organização da sociedade civil, que cobrava uma dívida histórica do Estado em relação às pessoas que viviam no campo.

Isto significa que a Matriz Curricular deve reivindicar um projeto educativo que reflita, problematize as realidades, as culturas, os modos de produzir a vida, as relações sociais, as organizações e formas de lutas das populações do campo. Posto isto, tem de se considerar o Materialismo Histórico e Dialético como uma concepção de educação que se revela nas contradições dos processos resultantes de uma sociedade fundada no antagonismo de classe, que dá origem à luta de classes e à disputa de projetos de sociedade e de educação.

CAPÍTULO IV

CONTEXTUALIZAÇÃO

Identificação do Público-Alvo: Compreender as características dos alunos da Educação do Campo, suas vivências, culturas, necessidades e realidades.

Pesquisa e Diagnóstico: Realizar um levantamento sobre as condições sociais, econômicas e culturais da comunidade.

Princípios Pedagógicos: Considerar os princípios da educação contextualizada, interdisciplinaridade, e a valorização da cultura local.

CAPÍTULO V

DEFINIÇÃO DE EIXOS TEMÁTICOS

(Com justificativas das escolhas. Aqui é importante colocar os eixos que foram decididos junto com a comunidade escolar durante as escutas, bem como discorrer sobre o processo ocorrido, principalmente, pontuando os critérios de escolha dos eixos. Esses são apenas sugestões).

Eixos de Formação: Definir os eixos que guiarão a construção da matriz, como:

- Identidade e Cultura
- Sustentabilidade e Meio Ambiente
- Agroecologia
- Trabalho e Produção
- Direitos Humanos e Cidadania
- Interdisciplinaridade: Promover a articulação entre diferentes áreas do conhecimento, valorizando saberes locais.

MATRIZ CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONJETURA DA PRÁTICA PEDAGÓGICA – CADERNO 05

CAPÍTULO VI

ESTRUTURA DA MATRIZ CURRICULAR – PARTE DIVERSIFICADA

O currículo do Ensino Fundamental no município de -----, no estado da -----, inclui uma base comum, obrigatória em todas as escolas do Brasil, que garante aos

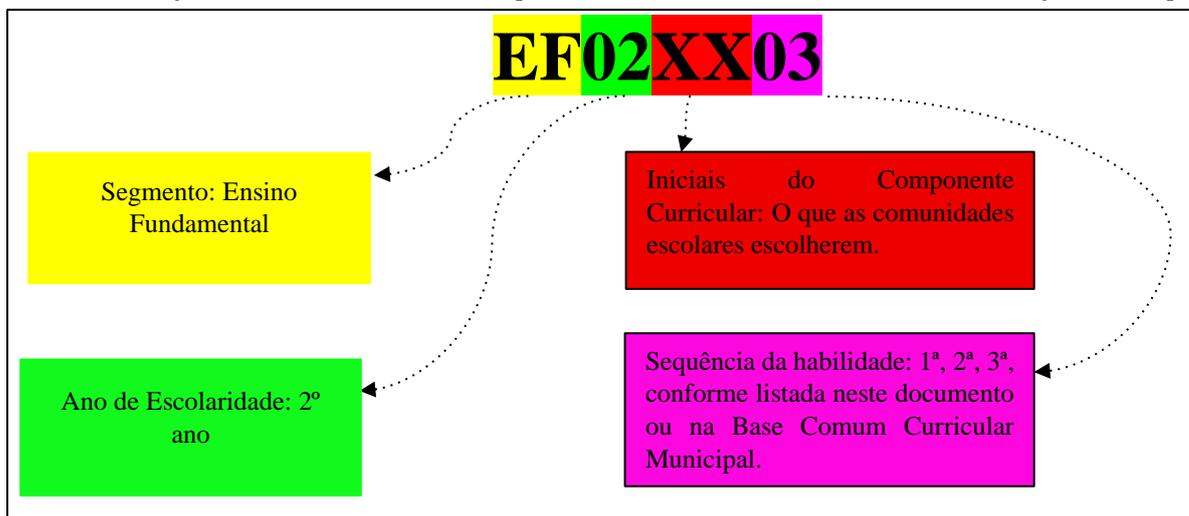
estudantes do município acesso aos mesmos conhecimentos oferecidos em outros estados. Além disso, há uma parte diversificada que se relaciona aos saberes locais da comunidade, chamada de **(criar um nome para o Componente Curricular que abarca as especificidades do município, região ou território)**, ao qual abrange os eixos: **(listar os eixos que a comunidade escolar decidir)**.

Componentes Curriculares e Conteúdos: Listar os componentes curriculares que farão parte do currículo, como:

- Língua Portuguesa
- Matemática
- Ciências
- História
- Geografia
- Educação Física
- Artes
- Educação do Campo (com conteúdos específicos) (Pode utilizar outro nome. Este é somente uma sugestão ampla da temática principal)
- Para o Fundamental II, incluir os demais componentes curriculares.

É importante que faça a relação dos componentes acima, dentro das MODALIDADES EXISTENTES NO MUNICÍPIO, por exemplo: cria-se contextualizações com Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação Indígena, Educação Quilombola, Ribeirinhos, Povos das Águas e das Florestas, etc. Cada um desses, existindo no município, ganha-se um tópico de contextualizações com conteúdos a serem trabalhados e habilidades definidas (BASE COMUM, as habilidades são as postas pela BNCC, PARTE DIVERSIFICADA, cria-se habilidades conforme necessidade apontada pelo conteúdo e finalidades da Educação do Campo. Como mostra Quadro 1.

Quadro 1. Orientações de como criar a habilidade para os conteúdos da Matriz Curricular da Educação do Campo



Fonte: elaborado pelos formadores do Formacampo, 2024.

Conteúdos: Elaborar os conteúdos a serem abordados em cada Componente Curricular, sempre relacionados à realidade do campo. (Registrar os obrigatórios e os que podemos incluir para atender a Educação do Campo)

Habilidades: Devem criar habilidades específicas para os conteúdos da Educação do Campo. (Quadro 1).

Sugestão de tabelas com os Componentes Curriculares do Núcleo Comum e Parte Diversificada (ANEXOS)

CAPÍTULO VII

Metodologia de Ensino

Abordagens Pedagógicas: Incluir metodologias ativas, como aprendizado baseado em projetos, atividades práticas e experiências no campo.

Valorização do Saber Local: Incorporar saberes e práticas da cultura local no processo de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO VIII

AVALIAÇÃO

Formas de Avaliação: Definir métodos de avaliação que considerem a realidade dos alunos e sejam coerentes com os objetivos da Educação do Campo.

Avaliação Formativa: Promover a avaliação contínua, que favoreça o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos.

CAPÍTULO IX

FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Formação continuada: Propor formações continuadas para professores que atuam na Educação do Campo, buscando uma formação que respeite e valorize as especificidades do campo.

CAPÍTULO X

DESDOBRAMENTOS DA MATRIZ CURRICULAR

Revisão e Ajustes

Participação da Comunidade: Envolver a comunidade na construção e revisão da Matriz Curricular, garantindo que ela atenda às suas necessidades e expectativas.

Ajustes e Atualizações: Fazer revisões periódicas da matriz, adaptando-a conforme as mudanças na realidade da comunidade e nas diretrizes educativas.

Implementação e Monitoramento

Execução: Implementar a Matriz Curricular nas escolas, acompanhando o processo de ensino-aprendizagem.

Monitoramento e Avaliação da Prática: Realizar avaliações periódicas da efetividade da Matriz Curricular e do impacto na aprendizagem dos alunos.

CONCLUSÃO

A construção de uma Matriz Curricular para a Educação do Campo no Ensino Fundamental é um processo dinâmico e colaborativo, que deve considerar a realidade dos alunos e a cultura local. É fundamental que a educação promova o desenvolvimento integral dos estudantes, respeitando suas identidades e contribuindo para a valorização da vida no campo.

Nessa perspectiva, o município ----- acredita que a Matriz Curricular ora posta -----



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL, . **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, 2012a.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, 2012b.

BRASIL . **Educação do Campo: marcos normativos**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização; Diversidade e Inclusão (MEC/Secadi, 2012c.

BRASIL. **Decreto nº 7352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), 2010a.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica Capítulo II Seção IV Educação Básica do Campo, 2010b.

BRASIL, **Parecer nº 36, de 04 de dezembro de 2001**. Estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2001.

BRASIL. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.1988

CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Expressão Popular. 2013.

CALDART, Roseli Salete Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35-64,mar./jun.2009.

CALDART, Roseli Salete; PALUDO, Conceição; DOLL, Johannes (Orgs). Como se formam os sujeitos do campo? Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **Educação em Movimento** – formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo, Cortez, 1992.

COSTA, Luciélío Marinho da; BATISTA, Maria do Socorro Xavier **FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES** :uma contribuição ao currículo das escolas do campo. **Revista Espaço do Currículo**. João Pessoa,v.12,n.1, p. 25-38, jan./abr.2019.

CAMPOS, M. L. Educação do Campo e Cidadania: desafios e possibilidades. São Paulo: Editora Horizonte, 2010.

CUNHA, L. Educação e Cultura: diálogos entre o campo e a cidade. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. Investigação e metodologia da investigação do tema gerador (1968). In: TORRES, Carlos Alberto. **Diálogo e práxis educativa: uma leitura crítica de Paulo Freire**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 95-107.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo . **Pedagogia da esperança**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Luiz Carlos. **Ciclos, Seriação, Avaliação: Confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2006.

FREITAS, Luiz Carlos. **Crítica da organização do Trabalho Pedagógico e da Didática**. São Paulo: Papirus, 2003.

GADOTTI, M. Educação do Campo: uma proposta de formação. São Paulo: Cortez, 2011

KRAMER, R. Interdisciplinaridade na Educação: desafios e experiências. Campinas: Autores Associados, 2015

LIMA, A. R. Educação e Comunidade: um olhar sobre a prática pedagógica no campo. Brasília: Editora Universitária, 2013

MÉSZÁROS, Istvan. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: Questões para reflexões II**. Brasília: MDA/MEC, 2010.

MOREIRA, Antônio Flávio e ARROYO; Miguel. (Org.) **Indagações sobre Currículo**. Brasília. MEC, 2006.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CAMPOS, Marília. Educação Básica do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **A escola Comuna**. São Paulo. Expressão Popular, 2010.

SAVIANI, Nereide. **Saber Escolar, Currículo e didática**: Problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico. 2 Ed. Campinas. Autores Associados. 1998.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; SANTOS, Cláudio de Lira Júnior; ESCOBAR, Micheli Ortega **Cadernos didáticos sobre educação no campo/ Universidade Federal da Bahia**, organizadores coordenação Adriana D'Agostini, Erika Suruagy Assis de Figueiredo, Mauro Titton. – Salvador: EDITORA, 2010

ANEXOS



LOGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SME SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO

Unidade Escolar:	NTE:
Endereço:	E-mail:
Município:	Estado: CEP:
Dependência Administrativa: Municipal	Telefone:

MATRIZ CURRICULAR COMUM - EDUCAÇÃO INFANTIL - DIURNO
ADAPTAÇÃO À BNCC, LEI 9.394/96 E LEI Nº 11.274/2006
RESOLUÇÕES: MEC/CNE/CP Nº 2 /2017; CNE/CEB Nº 5/2009, e PARECER Nº 20/2009
CRECHE 0 A 3 ANOS e PRE-ESCOLA 4 A 5 ANOS e RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº1, 3 de abril de 2002
ANO LETIVO – XXXXXXXXXXXXXXXX

Dias Letivos: 200	Semanas Letivas: 40	Dias Semanais: 05	Nº. horas/Dias: 04				
Áreas de conhecimento	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR/CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS						CARGA HORÁRIA ANUAL
	NATUREZA E SOCIEDADE/ o Eu, o outro e o nós	MOVIMENTO/ Corpo, gestos e movimentos	ARTE/ Traços, cores e formas	EDUCAÇÃO MUSICAL/ Sons	LÍNGUAGEM/ Escuta, fala, pensamento e imaginação	MATEMÁTICA/ Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	
Aspectos da vida cidadã							
Éticos	X	X	X	X	X	X	
Políticos	X	X	X	X	X	X	
Cultura Afro brasileira e Indígena	X	X	X	X	X	X	
Saúde	X	X	X	X	X	X	
Sexualidade	X	X	X	X	X	X	
Vida Familiar e Social	X	X	X	X	X	X	
Preservação do Meio Ambiente	X	X	X	X	X	X	
Agroecologia	X	X	X	X	X	X	
Organização política, movimentos sociais e cidadania	X	X	X	X	X	X	
Musica	X	X	X	X	X	X	
Direitos da Criança e do Idoso	X	X	X	X	X	X	
Interdependência campo-cidade, questão sobre cultivo e desenvolvimento sustentável	X	X	X	X	X	X	
Ciências e Tecnologia	X	X	X	X	X	X	
Trabalho: divisão social e territorial	X	X	X	X	X	X	
Cultura e identidade	X	X	X	X	X	X	
CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTOS							
MATERNAL I (1 ano)	120	120	40	40	240	240	800
MATERNAL II (2 anos)	120	120	40	40	240	240	800
MATERNAL III (3 ANOS)	120	120	40	40	240	240	800
Pré-escola I (4 anos)	120	120	40	40	240	240	800
Pré-escola II (5 anos)	120	120	40	40	240	240	800
TOTAL GERAL	600	600	200	200	1200	1200	4.000
OBSERVAÇÃO: O currículo deverá ser composto de uma Base Nacional Comum Curricular – BNCC, integrando e articulando os vários aspectos da vida cidadã, como as finalidades da Educação do Campo, asseguradas pelo artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96 e a Resolução CNE/CEB Nº1, 3 de abril de 2002, que trata das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo.							

Município, UF, DATA.

Carimbo e Assinatura

Endereço da Secretaria Municipal de Educação ou CME

LOGO

LOGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

SME SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Escolar:	NTE:XXXXXXXXXX
Endereço:	E-mail:
Município: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Estado: XXXXXXXXXXXX CEP: XXXXXX
Dependência Administrativa: Municipal	Telefone: XXXX

MATRIZ CURRICULAR 1º AO 5º ANO

ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR – DIURNO

ADAPTAÇÃO À BNCC, LEI 9.394/96 E LEI Nº 11.274/2006

RESOLUÇÕES: MEC/CNE/CP Nº 2 /2017; CNE/CEB Nº 4 e 7/2010 e RESOLUÇÃO

CNE/CEB Nº1, 3 de abril de 2002

ANO LETIVO – XXXXX

Dias Letivos: 200	Semanas Letivas: 40		Dias Semanais: 05		Nº. horas/Dias: 05					
Áreas de conhecimento	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR									PARTE DIVERSIFICADA
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ARTE	EDUCAÇÃO FÍSICA	ENSINO RELIGIOSO	SABERES TRADICIONAIS FICTÍCIO	
Aspectos da vida cidadã										
Éticos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Políticos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cultura Afro brasileira e Indígena	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Saúde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Sexualidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Vida Familiar e Social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Preservação do Meio Ambiente	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Agroecologia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Organização política, movimentos sociais e cidadania	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Musica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Direitos da Criança e do Idoso	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ciências e Tecnologia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Trabalho: divisão social e territorial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Cultura e identidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTOS										
1º ANO	200	200	80	80	80	40	40	40	40	800
2º ANO	200	200	80	80	80	40	40	40	40	800
3º ANO	200	200	80	80	80	40	40	40	40	800
4º ANO	200	200	80	80	80	40	40	40	40	800
5º ANO	200	200	80	80	80	40	40	40	40	800
TOTAL GERAL	1.000	1.000	400	400	400	200	200	200	200	4.000
OBSERVAÇÃO: O currículo deverá ser composto de uma Base Nacional Comum Curricular - BNCC, integrando e articulando os aspectos da vida cidadã com as áreas de conhecimento visando à formação integral do aluno. O Ensino de Arte especialmente em suas expressões local, regional e global. Educação Física, as atividades motoras e atividades de participação social. O Ensino Religioso é facultativo ao aluno. Na transição do 1º ao 3º ano não haverá repetências, observando neste caso, o regime de progressão continuada. A parte diversificada é composta por Componente Curricular que atenda as finalidades da Educação do Campo, exposta pela Resolução CNE/CEB Nº1, 3 de abril de 2002, que trata das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, bem como o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.										

CARGA HORÁRIA ANUAL

Município, UF, DATA.

Carimbo e Assinatura

Endereço da Secretaria Municipal de Educação ou CME

LOGO

LOGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXXX

SME SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Escolar:	NTE:
Endereço:	E-mail:
Município:	Estado: CEP:
Dependência Administrativa: Municipal	Telefone:

**MATRIZ CURRICULAR 6º AO 9º ANO
ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR – DIURNO
ADAPTAÇÃO À BNCC, LEI 9.394/96 E LEI Nº 11.274/2006
RESOLUÇÕES: MEC/CNE/CP Nº 2 /2017; CNE/CEB Nº 4 e 7/2010 e RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº1, 3 de abril de 2002
ANO LETIVO – XXXXX**

Dias Letivos: 200	Semanas Letivas: 40	Dias Semanais: 05	N.º de horas/dia: 05
--------------------------	----------------------------	--------------------------	-----------------------------

Áreas de conhecimento	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR									PARTE DIVERSIFICADA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA ANUAL	
	Língua Portuguesa	Geografia	História	Ciências	Matemática	Arte	Educação Física	Ensino Religioso	Língua Inglesa				SABERES TRADICIONAIS FICTÍCIO
Aspectos da Vida cidadã													
Saúde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Sexualidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Vida Familiar e Social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Cultura e identidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Agroecologia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Preservação do Meio Ambiente	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Música	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Direitos do adolescente e do Idoso	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Trabalho: divisão social e territorial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Ciências e Tecnologia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Cultura – Afro-Brasileira e Indígena	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	25	1.000
Organização política, movimentos sociais e cidadania	X	X	X	X	X	X	X	x	x	X	X	25	1.000

CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTOS												
6º ANO	6	2	2	3	4	2	2	1	2	1	25	1.000
7º ANO	6	2	2	3	4	2	2	1	2	1	25	1.000
8º ANO	6	2	2	3	4	2	2	1	2	1	25	1.000
9º ANO	6	2	2	3	4	2	2	1	2	1	25	1.000
TOTAL GERAL	24	8	8	12	16	8	8	4	8	4	100	4.000

OBSERVAÇÃO:
O currículo deverá ser composto de uma Base Nacional Comum Curricular - BNCC, integrando e articulando os aspectos da vida cidadã com as áreas de conhecimento visando à formação integral do aluno. O Ensino de Arte especialmente em suas expressões local, regional e global. Educação Física, as atividades motoras e atividades de participação social. O Ensino Religioso é facultativo ao aluno. A parte diversificada é composta por Componente Curricular que atenda as finalidades da Educação do Campo, exposta pela Resolução CNE/CEB Nº1, 3 de abril de 2002, que trata das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, bem como o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

Município, UF, DATA.

Endereço da Secretaria Municipal de Educação ou CME

LOGO



PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXX

SME | SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO

Carimbo e Assinatura

Endereço da Secretaria Municipal de Educação ou CME



LOGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXX

SME SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Escolar:	NTE:
Endereço:	E-mail:
Município:	Estado: CEP:
Dependência Administrativa: Municipal	Telefone:

**MATRIZ CURRICULAR 1º AO 5º ANO – EJA I
ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR – DIURNO E NOTURNO
ADAPTAÇÃO À BNCC, LEI 9.394/96 E LEI Nº 11.274/2006**

RESOLUÇÕES: MEC/CNE/CP Nº 2 /2017; CNE/CEB Nº 4 e 7/2010 e RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº1, 3 de abril de 2002

ANO LETIVO – XXXXX

Dias Letivos: 200	Semanas Letivas: 40								Dias Semanais: 5					
Áreas de conhecimento	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR								PARTE DIVERSIFICADA					
	LÍNGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS	GEOGRAFIA	HISTÓRIA	ARTE	ENSINO RELIGIOSO	SABERES TRADICIONAIS FICTÍCIO	EQUIVALÊNCIA PARA CIRCULAÇÃO DE ESTUDOS EM ANOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA ANUAL			
Aspectos da vida cidadã														
Éticos	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Políticos	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Cultura Afro brasileira e Indígena	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Saúde	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Sexualidade	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Vida Familiar e Social	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Agroecologia	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Preservação do Meio Ambiente	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Organização política, movimentos sociais e cidadania	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Musica	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Direitos da Criança e do Idoso	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Ciências e Tecnologia	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Trabalho: divisão social e territorial	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
Cultura e Identidade	X	X	X	X	X	X	X	X				X		
ESTÁGIOS	EJA – SEGMENTO I CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTOS													
I	7	6	1	1	1	1	1	1	2	1º	20	800		
II	5	5	2	2	2	1	1	1	2	2º e 3º	20	800		
III	5	5	2	2	2	1	1	1	2	4º e 5º	20	800		
TOTAL GERAL	17	16	5	5	5	3	3	3	6	3 anos	20	2.400		
	OBSERVAÇÃO: O currículo deverá ser composto de uma Base Nacional Curricular Comum - BNCC, integrando e articulando os aspectos da vida cidadã com as áreas de conhecimento visando à formação integral do aluno. O Ensino de Arte especialmente em suas expressões local, regional e global. O Ensino Religioso é facultativo ao aluno. Na transição do 1º ao 2º e 3º anos não haverá repetências, observando neste caso, o regime de progressão continuada. A parte diversificada é composta por Componente Curricular que atenda as finalidades da Educação do Campo, exposta pela Resolução CNE/CEB Nº1, 3 de abril de 2002, que trata das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, bem como o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.													

Município, UF, DATA.

Carimbo e Assinatura

Endereço da Secretaria Municipal de Educação ou CME

LOGO



Unidade Escolar:	NTE:
Endereço:	E-mail:
Município:	Estado: CEP:
Dependência Administrativa: Municipal	Telefone:

MATRIZ CURRICULAR - 6º AO 9º ANO EJA II
ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR – DIURNO e NOTURNO
ADAPTAÇÃO À BNCC, LEI 9.394/96 E LEI Nº 11.274/2006
RESOLUÇÕES: MEC/CNE/CP Nº 2 /2017; CNE/CEB Nº 4 e 7/2010 e RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº1, 3 DE
ABRIL DE 2002
ANO LETIVO – XXXXX

Dias Letivos: 200	Semanas Letivas: 40	Dias Semanais: 05
--------------------------	----------------------------	--------------------------

Áreas de conhecimento	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR										PARTE DIVERSIFICADA	EQUIVALÊNCIA PARA CIRCULAÇÃO DE ESTUDOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA ANUAL
	Língua Portuguesa	Geografia	História	Ciências	Matemática	Arte	Educação Física	Ensino Religioso	Língua Inglesa	SABERES TRADICIONAIS FICTÍCIO				
Aspectos da Vida cidadã														
Éticos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Políticos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Cultura Afro brasileira e Indígena	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Saúde	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Sexualidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Vida Familiar e Social	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Preservação do Meio Ambiente	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Agroecologia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Organização política, movimentos sociais e cidadania	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Musica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Interdependência campo-cidade, questão agrária e desenvolvimento sustentável	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Ciências e Tecnologia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Trabalho: divisão social e territorial	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Cultura e Identidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
ESTÁGIOS		EJA – SEGMENTO II												
		CARGA HORÁRIA POR ÁREAS DE CONHECIMENTOS												
IV	5	2	2	3	5	2	1	1	2	2	6º e 7º anos	25	1.000	
V	5	2	2	3	5	2	1	1	2	2	8º e 9º anos	25	1.000	
TOTAL GERAL	10	4	4	6	12	4	2	2	2	4	2 anos	50	2.000	

OBSERVAÇÃO:
 O currículo deverá ser composto de uma Base Nacional Curricular Comum - BNCC, e da parte diversificada, ambas, integrando e articulando os aspectos da vida cidadã com as áreas de conhecimento visando à formação integral do aluno. O Ensino de Arte especialmente em suas expressões local, regional e global. Educação Física, as atividades motoras e atividades de participação social. O Ensino Religioso é facultativo ao aluno. A parte diversificada é composta por Componente Curricular que atenda as finalidades da Educação do Campo, exposta pela Resolução CNE/CEB Nº1, 3 de abril de 2002, que trata das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, bem como o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

Município, UF, DATA.

Carimbo e Assinatura

Endereço da Secretaria Municipal de Educação ou CME

